



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Relatório INSP-2020-0112

BI-2020-0039

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 11/08/2020

Hora:

Tipo: Ação Direta

Motivo da inspeção: Extraordinária

Inspetor responsável: Elisabete R. Santos

Outros inspetores da IRA: Luís MAS. Machado

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto. Foi realizada no seguimento de uma situação que foi noticiadas na comunicação social relativa a descarga de efluente com origem na unidade industrial da COFACO, com o objetivo de verificar o funcionamento da estação de tratamento de águas residuais e os motivos inerentes à referida descarga.

Foi efetuada uma visita às instalações da estação de tratamento de águas residuais (ETAR), acompanhados pelo diretor da unidade industrial, a responsável pelo Departamento de Recursos Humanos, Segurança e Saúde no Trabalho e mais dois trabalhadores.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Cofaco Açores - Indústria de Conservas, SA

NIPC/NIF: 512050147

Sede/morada: Rua Heróis da Faina do Bacalhau, nº 22

Código Postal: 9600-115

Freguesia: Rabo de Peixe

Concelho: Ribeira Grande

Ilha: Ilha de São Miguel

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: ETARI da unidade industrial da Cofaco Açores - Indústria de Conservas, SA

Endereço: Rua Heróis da Faina do Bacalhau, n.º 22

Código Postal: 9600-115

Freguesia: Rabo de Peixe

Concelho: Ribeira Grande

Ilha: Ilha de São Miguel

Atividade principal: 10203 - Conservação de produtos da pesca e da aquicultura em azeite e outros óleos vegetais e outros molhos



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Outras atividades:



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Situação observada

2.1 – Antecedentes

Em janeiro de 2019 foi realizada uma inspeção à ETAR da COFACO (BI-2019-0002), tendo-se verificado que a mesma não se encontrava completamente operacional e que estava em curso um plano de investimentos para a reabilitação da mesma.

A licença de descarga de águas residuais encontrava-se suspensa pela entidade licenciadora (Direção Regional do Ambiente), desde julho de 2016, em virtude das intervenções que estavam em curso na ETAR.

Foi instaurado pela IRA um processo de contraordenação pela descarga de águas residuais em meio hídrico sem que existisse um título de utilização de recursos hídricos válido para o efeito (infração ao disposto no n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro).

A situação do funcionamento da ETAR tem vindo a ser acompanhada pela IRA, tendo sido realizadas, em 2019, mais duas inspeções (BI-2019-0007 e BI-2009-0008) e outra em fevereiro de 2020 (BI-2020-0004).



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

No início do mês de fevereiro de 2020 o operador iniciou o procedimento para a emissão da licença de rejeição de águas residuais junto da Direção Regional do Ambiente, tendo-lhe sido solicitada a apresentação do projeto atualizado da instalação, nomeadamente a memória descritiva e o dimensionamento dos órgãos de tratamento e os respetivos desenhos. À data da última inspeção estava em curso procedimento para contratação de projetista para a elaboração dos documentos solicitados pela Direção Regional do Ambiente (DRA). Esses documentos foram entretanto remetidos à entidade licenciadora.

A nível do funcionamento da ETAR, embora os equipamentos já estivessem instalados e operacionais, ainda não tinha sido atingida a estabilização do sistema biológico, verificando-se que alguns parâmetros não cumpriam os valores limite legalmente estabelecidos.

2.2 – Descrição da situação observada

À data da ação inspetiva a ETAR estava operacional e não tinha sido registada nenhuma avaria em nenhum equipamento. O diretor da unidade fabril explicou que a ETAR ainda se encontrava em fase de estabilização do processo de tratamento biológico. Tendo sido questionado sobre a situação da descarga noticiada na comunicação social, referiu que apenas teve conhecimento pela comunicação social e que não tinha indicação da data da ocorrência. Relativamente à situação de operacionalidade da ETAR, referiu que tem sido produzida espuma em excesso nos reatores biológicos (SBR – Sequencing Batch Reactor) e que os resultados das análises apresentam valores inconstantes, pelo que tinha sido realizada uma reunião por videoconferência com a empresa que presta apoio técnico ao funcionamento da ETAR (Ventilaqua) no dia 29 de julho para análise da situação. Por indicação da Ventilaqua foram efetuados ajustes dos parâmetros dos ciclos dos SBR da ETAR, alterações que provocaram um aumento da produção de lamas ativadas e de espuma. Foi ainda referido que no dia 5 de agosto se verificou descarga de efluente tratado com quantidade de sedimento (lamas) superior ao normal e que terá sido isso que provavelmente aconteceu no dia da descarga que foi noticiada. No dia 10 de agosto foi efetuada nova reunião com a empresa Ventilaqua para identificação de medidas. Em resultado, foi reposto o nível do efluente abaixo das chaminés de descarga e remoção mais frequente (diária) de sedimentos dos reatores biológicos e acompanhamento visual da descarga, não tendo sido registadas mais situações idênticas à noticiada na comunicação social.

Uma das situações identificadas pela empresa como possível origem da não estabilização do processo de tratamento biológico está relacionada com o facto dos caudais afluentes não serem uniformes ao longo do dia e da semana, devido às características de produção da unidade fabril, o que destabiliza os ciclos de tratamento biológico. De acordo com a informação transmitida, foi efetuado um ajuste aos caudais, de forma a garantir-se um



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

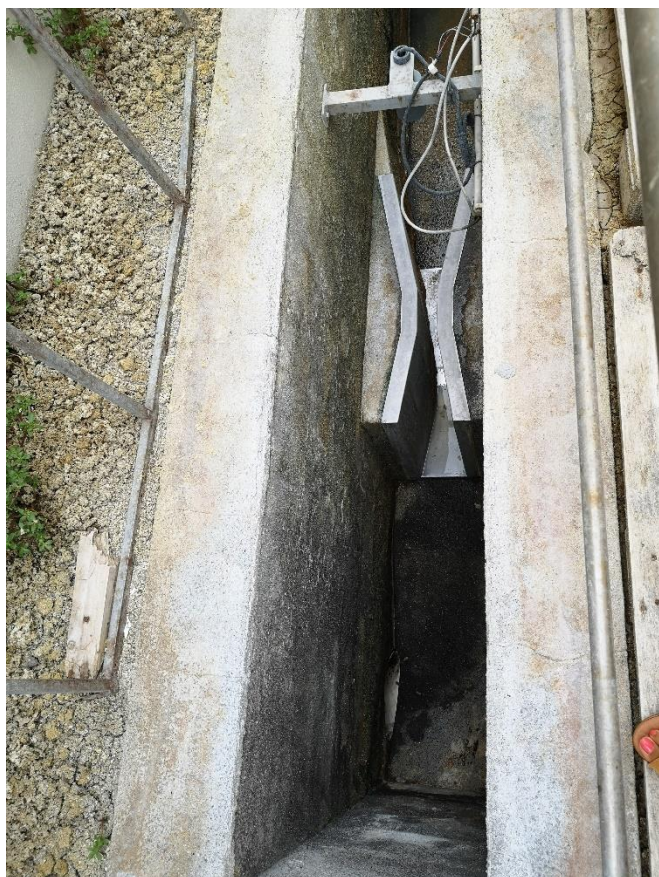
abastecimento uniforme aos SBR. Foi igualmente referido que tem sido efetuado o acompanhamento visual da descarga do efluente, no canal de Parshall.

Foram verificados os resultados das análises que têm vindo a ser efetuadas ao efluente desde julho de 2019. Além de se verificar inconstância nos resultados, alguns dos parâmetros de descarga não são cumpridos.

Relativamente ao ponto de situação do título de utilização de recursos hídricos para descarga das águas residuais no mar, a empresa informou que a Direção Regional do Ambiente comunicou que a emissão da licença se encontra condicionada à demonstração de monitorizações válidas e conformes com os valores legalmente estipulados (ofício com a ref.ª SAI-DRA/2020/3273 datado de 03/08/2020).

A empresa comunicou à DRA, via e-mail, os resultados das reuniões com a Ventilaqua no âmbito do apoio técnico à operacionalização da ETAR.

No momento da ação inspetiva não estava a ser descarregado efluente para o mar, conforme visível nas fotografias que se seguem.



Canal de descarga do efluente



Zona de descarga do efluente



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

De acordo com a informação transmitida pela Cofaco, irão continuar a ser realizadas reuniões com a empresa Ventilaqua para acompanhamento das ações implementadas.

2.4 – Enquadramento legal

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, que aprova a Lei da Água, em conjugação com o artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, na redação atual, a rejeição de águas residuais nos recursos hídricos do domínio público está sujeita a licença prévia.

3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foi verificada a seguinte infração:

- A utilização dos recursos hídricos, nomeadamente a rejeição de águas residuais, sem o respetivo título, em violação do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 60 da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, constitui contraordenação ambiental muito grave, prevista na alínea a) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, punível nos termos do n.º 4 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €24 000 a €5 000 000.

4 – Indicações e medidas adotadas

Indicações transmitidas:

Foi transmitido que fosse implementado um procedimento que garantisse interrupção da descarga de efluente caso se detetasse a descarga de sedimentos e que fossem elaborados registos mais detalhados das ocorrências e das reuniões com a Ventilaqua, elementos que deveriam continuar a ser remetidos regularmente à Direção Regional do Ambiente e à Inspeção Regional do Ambiente.

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☒ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☐ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

☐ Outra:

Considerando que a empresa foi alvo de instauração de processo de contraordenação pela infração anteriormente referida e atendendo que a empresa evidenciou que tem vindo a implementar medidas com vista à regularização do processo de tratamento das águas residuais produzidas na instalação, encontrando-se atualmente numa fase de ajuste dos parâmetros de tratamento, não se considera serem de adotar medidas complementares, além do acompanhamento regular do ponto de situação.

Angra do Heroísmo, 1 de setembro de 2020

A Chefe de Divisão

(Elisabete R Santos)